

O INDIVÍDUO POLÍTICO NO PENSAMENTO TOCQUEVILLEANO: QUEM É E DE ONDE FALA

Maria da Conceição Calmon Arruda

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO: A proposta deste artigo é identificar quem é e de onde fala o indivíduo político tocquevilleano. Dividimos este trabalho em quatro partes. Na primeira, propomos um percurso teórico pelo pensamento de Tocqueville, tendo como ponto de partida sua crítica ao individualismo e à sociedade burguesa; a seguir, discorremos sobre o binômio liberdade x igualdade e sua intercalação com a democracia e a participação dos indivíduos na vida pública; na terceira, procuramos mostrar a importância dada pelo autor à ação política dos indivíduos e sustentamos que o indivíduo político tocquevilleano é o integrante das classes média e alta, mais preparado, a seu ver, para conduzir e intervir no destino da nação; na quarta e última parte, a título de conclusão, destacamos a importância da contribuição de Tocqueville, seus limites e potencialidades.

PALAVRAS-CHAVE: Tocqueville. Democracia. Individualismo. Ação Política.

Introdução

Apesar de ter se dedicado intensamente à atividade política, profissão que abraçou e para qual se preparou, Alexis de Tocqueville (1805-1859) foi reconhecido em vida e a posteriori por seu trabalho como escritor e pensador político, ao qual, por ironia, só se dedicou nos intervalos de sua atuação na vida pública¹.

Tocqueville – aristocrata, liberal e conservador – nasce em um mundo em transição, reconhece as mudanças e procura absorvê-las e articulá-las de forma a que os que, em sua opinião, têm mais condições (intelectuais) de comandá-las e acomodá-las, estejam à frente deste processo. Resguarda, assim, os interesses de sua classe social, a nobreza, na transição para uma sociedade democrática e menos verticalizada.

Tocqueville não foi o primeiro pensador conservador a se preocupar com a exacerbação do individualismo na sociedade burguesa e a tensão consequente entre o público e o privado; antes dele, Edmund Burke (1729-1797) já diagnosticara os riscos sociais do isolamento dos indivíduos. A singularidade de Tocqueville está em colocar o problema dentro das

¹ O fato de que como homem de letras ter obtido mais prestígio do que como político incomodava Tocqueville. Sua inabilidade como orador foi um fator limitador de suas pretensões políticas.

contradições geradas por uma sociedade que, ao incentivar a atuação individual e a competição, privatiza o indivíduo e contribui para o seu distanciamento da vida pública.

Para ele a oportunidade aberta pela igualdade civil em termos de mobilidade social, de ampliação da participação política dos cidadãos e de integração social foi traduzida, quase que exclusivamente, como acumulação material. Este direcionamento tem como resultante o alinhamento de todas as energias da sociedade para a vida material e o esvaziamento das esferas da cultura e da política, que são relegadas a segundo plano.

A desvalorização do conhecimento e da cultura nas sociedades democráticas é agravada pelo que Tocqueville chama de aplicação da teoria da igualdade ao intelecto, ou seja: nas condições políticas e sociais em que todos se reconhecem como iguais, estabelece-se um movimento de reconhecimento intelectual homogeneizado, que não tem contrapartida real, mas forja nos indivíduos uma identificação intelectual coletiva e uma confiança na opinião geral (que adviria das mesmas bases intelectuais). Esta distorção mediocriza a experiência², repele as diferenças, isola toda e qualquer crítica e “cria um círculo de ferro em torno do pensamento” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 241).

Segundo Tocqueville, estes problemas são limitadores da participação política e da criação intelectual, pois quando estas dimensões da vida (a política e a cultura) aparecem como formas secundárias, se não menores, do processo civilizador, pode-se abrir espaço para que proliferem, no campo da política, formas de governo autoritárias referendadas pela neutralização do indivíduo na vida pública. Já no campo da cultura, corre-se o risco da estagnação do pensamento, da intolerância com relação à diversidade e à indiferença ao novo.

A solução apontada por Tocqueville para o equacionamento e mesmo para a superação destes problemas é a ação política dos indivíduos no exercício incontinenti da liberdade. Dentro dessa dinâmica o indivíduo é o principal responsável pela oxigenação da democracia; de seu envolvimento com a vida pública e de seu desprendimento da vida privada dependem a afirmação e sustentação da própria liberdade e a opção entre servidão e igualdade.

Neste trabalho procuramos, a partir da crítica de nosso autor ao individualismo, identificar o perfil do indivíduo tocquevilleano e o lugar de onde ele fala e atua. Para dar conta deste objetivo, dividimos este trabalho em quatro partes: após a presente, de caráter introdutório, analisamos o binômio Liberdade x Igualdade e sua intercalação com a democracia e a participação dos indivíduos na vida pública; na terceira parte, procuramos

² No sentido filosófico do termo: conjunto de conhecimentos individuais ou específicos que constituem aquisições; vantagens acumuladas historicamente pela humanidade (DICIONÁRIO ELETRÔNICO AURÉLIO).

mostrar a importância dada por Tocqueville à ação política dos indivíduos e sustentamos que o indivíduo político tocquevilleano é o integrante das classes média e alta, mais preparado, ao seu ver, para conduzir e intervir no destino da nação; na quarta e última parte, a título de conclusão, destacamos a importância da contribuição de Tocqueville, seus limites e potencialidades.

Liberdade x Igualdade

Fiel ao pensamento liberal, Tocqueville vê na liberdade o conceito constitutivo e preservador da democracia, assim como o elo de referência para que a própria condição de igualdade se mantenha e se supere, posto que mais do que uma expressão jurídica, é importante que a igualdade tenha expressão e ressonância sociocultural para afirmação da própria democracia.

Para Tocqueville a perspectiva de mudança aberta pela igualdade entre os indivíduos confere um caráter dinâmico à sociedade, que passa a se articular pela superação e ampliação da igualdade conquistada. Nesse sentido, a igualdade possível é sempre uma etapa a ser superada (seu limite será sempre seu ponto de partida).

Logo, dentro da lógica tocquevilleana, a igualdade entre os indivíduos é um fato inevitável e irreversível. E como não há possibilidade de retrocesso na conquista da igualdade, não há possibilidade de retorno ou de futuro para os regimes aristocráticos. Então, por exclusão, restam à humanidade dois regimes de governo: a democracia ou o despotismo democrático, ambos com participação popular, mas com *design* diametralmente opostos. Enquanto o primeiro abre espaço para a ação política efetiva dos indivíduos, o segundo se consolida pela tutela e pela neutralização dos indivíduos da vida pública.

Na concepção de Tocqueville o direcionamento excessivo dos indivíduos para a vida privada e para o bem-estar material faz com que estes se autoalienem de todo e qualquer projeto que não esteja diretamente ligado aos seus negócios particulares. A atenção para com o público só se manifesta quando da convergência de interesses comuns, caso contrário a indiferença impera nas relações sociais. Esta conjunção de fatores é, na opinião de nosso autor, o cenário ideal para a consolidação do despotismo.

A democracia é a opção preferencial de Tocqueville, que se vê seduzido pela agitação política que esta promove, pelo incentivo à participação coletiva, pelo envolvimento dos

cidadãos com a coisa pública, pela formação pedagógica que propicia aos cidadãos no sentido da valorização do pensar e do agir coletivo:

Essa agitação incessantemente recomeçada, que o governo democrático introduziu no mundo político, atinge, em seguida, a vida civil. Não sei se afinal de contas, não é essa a maior vantagem do regime democrático, e é de louvar-se muito mais por conta do que habitua a fazer do que pelo que faz (TOCQUEVILLE, 1979, p. 237).

A possibilidade de associação, de atuação coletiva e de crítica também são, para Tocqueville, fatores importantes do exercício democrático. É sob esta ótica que ele vai identificar a liberdade de imprensa como mais um dos elos constitutivos do exercício democrático, que proporciona aos indivíduos a convivência salutar com a crítica e com a diferença, além de ser um elemento de interação e de identificação.

Segundo Tocqueville, a ação política é a principal característica e força motora da democracia, nesse sentido a ocorrência de eleições, por si só, não imprime credibilidade e vitalidade a um governo democrático, isto só ocorre com o comprometimento dos indivíduos e com sua atuação contínua na vida pública.

Ao questionar a estreiteza da participação política pela via da eleição, Tocqueville abre espaço para se pensar uma forma de dominação não explícita, não coercitiva e constitucional, que se estabelece pelo consentimento da maioria: o despotismo democrático.

Para ele o despotismo democrático representa o ápice do isolamento dos indivíduos e a conseqüente impossibilidade de qualquer projeto coletivo. Voltados, prioritariamente, para a competitividade e para o empreendimento, os indivíduos entregam, de bom grado, a administração do destino da nação a terceiros, pela via da representação política.

Tocqueville não descarta que a neutralização política do indivíduo também possa ocorrer na democracia, mas só que sob outras bases que não a tutela de um só. Sendo assim, Tocqueville prefere aderir ao projeto democrático, mesmo que imperfeito, a abrir espaço para a ditadura.

E entre as imperfeições em que pode incorrer a democracia, destacamos o advento da reeleição. De acordo com nosso autor, a reeleição potencializa a corrupção e a intriga, “vícios naturais dos governos eleitos” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 211), pela possibilidade aberta ao representante do governo de usar a máquina pública em proveito próprio, para se reeleger.

Com relação às críticas elaboradas por Tocqueville ao modelo democrático, consideramos que muitas delas estão diretamente ligadas à própria dinâmica da sociedade burguesa, que privilegia a autonomia e a competição em detrimento de um projeto coletivo.

Portanto, quando Tocqueville afirma que a sociedade democrática está voltada, prioritariamente, para a produção de bens e de conforto material, sua afirmação pode ser lida como uma crítica à sociedade burguesa.

Essa crítica se estende à esfera da cultura, posto que o incentivo às artes e ao desenvolvimento intelectual não se encontra entre as prioridades da sociedade burguesa. Impelidos muito cedo para o mercado de trabalho, não sobra tempo, aos indivíduos, para a dedicação que o estudo teórico e uma educação completa exigem.

Por outro lado, a igualdade de condições propicia a ampliação do número de letrados e o consequente aumento da probabilidade de que, de tempo em tempo, surja um gênio, mesmo que a sociedade não tenha para si este objetivo. Assim, “basta (aos governantes) não detê-lo” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 280) para que floresça na sociedade um pensamento autônomo e inovador.

Tocqueville entende a educação como um elemento importante do desenvolvimento da humanidade e como um dos fatores que a referencia e legitima, e é sob esta ótica que situamos sua crítica ante a propensão da sociedade burguesa para a prática em detrimento de um maior aprofundamento teórico.

Tocqueville reconhece que a opção pela mediocridade intelectual e pela valorização da vida material visa a assegurar o bem-estar da maioria da população³, esforço este que não pode ser ignorado ou minimizado, mas este reconhecimento não o impede de procurar uma saída para o impasse intelectual da sociedade burguesa, pois entende que “não se deve (...) sossegar, pensando que os bárbaros ainda estão longe de nossas portas; pois, se há povos que deixam arrancar a cultura de suas mãos, há outros que a abafam com os próprios pés” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 281).

Sendo assim, o processo civilizador de um povo não pode ser circunscrito ao desenvolvimento material. Quando a busca do bem-estar material se torna o *leitmotiv* dos indivíduos, a própria sociedade é posta em cheque e a democracia sob ameaça, pois o interesse privado pode se sobrepor ao interesse público e impossibilitar a oxigenação social que pode advir do novo.

Temos, então, uma sociedade tão sedimentada e alienada pelo bem-estar material que prefere a estagnação ao risco da mudança. Nestas condições pode-se optar pela tutela em

³ “(...) se, enfim, o objeto principal de um governo não é dar a todo o corpo social o máximo possível de força e glória, mas proporcionar a cada um dos indivíduos que o compõem o máximo possível de bem-estar e o mínimo de miséria; então, igualemos as condições, e constituamos um regime democrático” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 238).

detrimento da liberdade, em um movimento em que se abdica da igualdade (pública) em prol da servidão (privada).

Indivíduo x Sociedade

Para Tocqueville o individualismo nasce e se reproduz no seio da sociedade democrática, viabilizado pela igualdade de condições e pela possibilidade de mobilidade social. Antes dele o que existia era o egoísmo, um sentimento pessoal e isolado, que não tinha contrapartida social, isto é, a sociedade não estava estruturada e orientada pelo egoísmo, mas por um projeto coletivo e pelos laços de dever e honra que esta organização acarretava.

Na democracia (leia-se sociedade burguesa) a hierarquização da sociedade se dá sob novas bases, diversas da do feudalismo. O nascimento não determina mais o destino dos sujeitos, eles são livres, teoricamente, para construir seu futuro da maneira que melhor lhes convier. O que conta é a capacidade empreendedora do indivíduo e seu sucesso no ramo de atividade que escolheu.

A insegurança quanto ao futuro, aliada à possibilidade de mudança e à mobilidade social, imprime à sociedade burguesa uma velocidade e um ritmo alucinantes se comparados ao imobilismo das sociedades aristocráticas. Para a maioria dos homens o mundo se torna um lugar incerto, no qual a conquista de um lugar ao sol e de conforto material depende exclusivamente deles. Tocqueville percebe este movimento e constata que os que alcançam o sucesso “habitam-se a considerar-se sempre isoladamente e imaginam, com prazer, que seu destino se encontra inteiramente em suas mãos” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 286).

Libertos da cultura feudal, os indivíduos se atomizam da coletividade e assumem a face empreendedora e competitiva do homem burguês. Esse direcionamento em busca do bem-estar material tem como consequência uma crescente privatização do indivíduo e seu afastamento da comunidade. O indivíduo se volta inteiramente para seus negócios e à integração comunitária e o interesse coletivo deixa de ter uma perspectiva macro para ser relegado a segundo plano:

Preocupados apenas com o cuidado de fazer fortuna, não mais percebem o laço estreito que une a fortuna particular de cada um deles à prosperidade de todos. Não é necessário arrancar de tais cidadãos os direitos que possuem; eles mesmos os deixam escapar de bom grado. O exercício de seus deveres políticos lhes parece um contratempo enfadonho que os desvia de sua indústria (TOCQUEVILLE, *apud* JASMIN, 1997, p. 76-77).

Para Tocqueville a ânsia da mobilidade social desestabiliza a sociedade na medida em que o espaço reservado nesta lógica para atuação coletiva é escasso e pontual. Outra questão importante é a de que nem todos alcançam a sonhada estabilidade material. Tocqueville vai atribuir isto à desigualdade natural dos indivíduos e não à incapacidade do sistema capitalista em oferecer a todos os cidadãos as mesmas oportunidades.

Ao analisar os efeitos da divisão social do trabalho sobre o saber do trabalhador, Tocqueville constata a crescente desabilitação do operariado em paralelo com a maior mecanização e aperfeiçoamento da indústria, “a arte progride, o artesão retrocede” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 292) e cede lugar aos capitalistas que vão expandir seus negócios de forma a ampliar suas margens de lucro e suprir as necessidades da sociedade⁴. Este movimento faz surgir uma servidão de novo tipo, regulada pelo contrato, na forma da relação patrão x empregado.

Em sua viagem à Inglaterra, Tocqueville visita a cidade de Manchester e vê de perto as precárias condições de trabalho e as insalubres moradias dos operários. Reflete sobre os efeitos nefastos desta situação de barbárie no espírito humano, sobre a concentração de riqueza consequente da exploração de muitos por uns poucos, e sobre a desigualdade que parece marcar as relações trabalhistas, e afirma que

(...) aqui o escravo, lá o senhor; lá a riqueza de alguns poucos; aqui, a miséria do maior número; lá, as forças organizadas de uma multidão produzem para o lucro de um só, isto que a sociedade não havia ainda sabido oferecer; aqui, a fraqueza individual se mostra mais débil e mais desprotegida ainda que no meio dos desertos; aqui, os efeitos, lá as causas. (...) É no meio desta cloaca infecta que o maior rio da indústria humana vai alimentar e fecundar o universo. Deste esgoto imundo jorra o ouro puro. É ali que o espírito humano se aperfeiçoa e se embrutece; que a civilização produz suas maravilhas e que o homem civilizado se torna quase selvagem (TOCQUEVILLE, *apud* QUIRINO, 1998, p. 266-267).

As análises de Tocqueville sobre a situação dos trabalhadores do século XIX traduzem uma sensibilidade ímpar, contudo seu exame não o leva a inferir a possibilidade de da desigualdade socioeconômica se originar uma nova concepção de sociedade, uma alternativa a um modelo que oprime e que coloca indivíduos iguais em “elos extremos de uma longa cadeia” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 293).

⁴ “À medida que a divisão do trabalho recebe aplicação mais completa, o operário torna-se mais fraco, limitado, dependente. (...) Por outro lado, à medida que se descobre com maior evidência que os produtos de uma indústria são tanto mais perfeitos e menos caros quanto mais vasta é a fábrica e maior o capital, homens riquíssimos e esclarecidos apresentam-se para explorar setores que, até lá, tinham sido abandonados a artesãos ignorantes ou pobres” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 292-293).

Sua conclusão é a de que a desigualdade pode gerar um retrocesso, um retorno à aristocracia, não uma superação em direção a um modelo mais justo e humano. Esta conclusão talvez possa ser explicada pela visão toquevilleana de povo⁵. Como a luta pela sobrevivência subtrai do povo o tempo da intelectualidade, Tocqueville não acredita que este possa se articular e optar de forma autônoma pelo seu destino, mesmo reconhecendo “que as classes inferiores da sociedade parecem, em geral, (...) mesclar menos combinações de interesses pessoais do que as classes altas” (1979, p. 229).

A seu ver o povo não teria o acervo cognitivo necessário para tomar para si o destino de uma nação, pois se mesmo “os maiores gênios se enganam, como poderia a multidão (inculta) acertar?” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 229). Este posicionamento praticamente inviabiliza, no pensamento toquevilleano, a participação direta das classes populares no processo decisório de um país.

Sendo assim, quem é o indivíduo que Tocqueville chama para a ação política? Parece-nos que é o cidadão oriundo do que ele denomina classes média e alta. Um cidadão que, mesmo sem possuir uma cultura aristocrática, conseguiu estabelecer-se e proporcionar a sua família bem-estar material.

A lógica toquevilleana nos parece promover uma hierarquização da sociedade (classe alta, classe média e classes inferiores) e atribuir a cada classe um papel no processo democrático. As classes inferiores, por sua origem e capacidade intelectual, estão condenadas a uma participação periférica no processo decisório, mas não excluídas do projeto democráticos.

Elas podem atuar e assumir seu papel como agente político, desde que de forma restrita, sem aspirar a um papel de protagonista no grande teatro político, papel este reservado às classes alta e média. Cabe a estas classes conduzir o destino da nação.

Mas para que isto ocorra é importante que estas se desprendam de seus interesses privados e se voltem para o destino da coletividade. É importante que percebam que seu futuro está imbricado com os rumos que vier a tomar o país. E são os indivíduos vinculados às classes média e alta que Tocqueville convoca para a ação política e que ele reconhece como atores sociais e potenciais dirigentes da nação.

⁵ A rigor Tocqueville não define povo, mas subentende-se que povo, em sua concepção, são os trabalhadores, as chamadas classes inferiores.

É aos proprietários que ele direciona seu clamor para que priorizem a vida pública acima de seus interesses particulares. Seu discurso não abarca os trabalhadores, os quais têm como grilhão uma relação de trabalho que os oprime.

Nesse sentido, a hierarquização tocquevilleana parece se orientar pela mesma lógica da sociedade burguesa que critica, pois ao privilegiar a formação intelectual como pré-requisito para a ação política efetiva sanciona a ótica burguesa que privilegia aqueles que obtêm sucesso material e, portanto, mais tempo, teoricamente, para o aprimoramento intelectual.

Conclusão

O indivíduo autônomo, empreendedor e competitivo, fruto da sociedade burguesa do século XIX, parece tão preso ao utilitarismo e à procura do bem-estar material que se esquece de contemplar outras potencialidades humanas.

Tocqueville constata este direcionamento para a vida privada e o percebe como um risco para a participação coletiva, para a democracia e para a própria cultura. Para ele a solução deste problema está na intensificação da participação coletiva e da atuação política dos indivíduos.

Tocqueville vai enfatizar, em sua obra, a possibilidade de mudança da realidade social pela via da política, tendo sempre em mente a perspectiva da liberdade civil.

É importante salientar que a possibilidade de transformação social, no pensamento tocquevilleano, não comporta um processo revolucionário, mas a adequação e a acomodação. Nesse sentido, o exercício de perceber quem são e de onde vem os atores sociais que Tocqueville elege como protagonistas da ação política nos permite enxergar os limites e as potencialidades de seu pensamento.

Ao excluir as classes inferiores de uma participação mais ativa do processo político, Tocqueville está traduzindo, de certa maneira, as limitações de seu tempo. Limitações estas, aliás, que ainda imperam no pensamento conservador, e que são reproduzidas por parte da mídia quando desqualifica movimentos sociais e/ou integrantes das classes populares por sua origem e/ou por sua incapacidade de domínio de um código intelectual adotado pela classe hegemônica.

No que tange às potencialidades do pensamento tocquevilliano, vale louvá-lo muito mais por conta do que nos conclama a fazer (a ação política) do que pelo que faz (delimitação do campo de atuação política das classes populares).

Referências bibliográficas:

DICIONÁRIO ELETRÔNICO AURÉLIO. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.

JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência política.* Rio de Janeiro: Access, 1997.

QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: a realidade da democracia e a liberdade ideal. In: - - - . VOUGA, Cláudio; BRANDÃO, Gildo Marçal (Org.). *Clássicos do pensamento político.* São Paulo: EdUSP, 1998, p. 247-269.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Os pensadores.* São Paulo: Abril Cultural, 1979.

The political citizen in Tocqueville's thought: who is it and where does he/she speak from

Maria da Conceição Calmon Arruda

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Abstract: The objective of this article is to identify who is and where does the tocquevillian political person speak from. We have divided this article into four parts. In the first one, we propose a theoretical reading on the tocquevillian thought, based on his criticism on individualism as well as on the bourgeois society; secondly, we discuss the relations between freedom and equality and its interplay with democracy and the participation of individuals in public life; the third aspect refers to the importance Tocqueville gives to the political action of the citizens in public life, and we affirm that the tocquevillian political person integrates the Middle and Upper Classes, in Tocqueville's viewpoint, conducting and intervening in the nation's destiny; finally, we point out the importance of Tocqueville's contribution, its limits and potentialities.

Key words: Tocqueville. Democracy. Individualism. Political action.